

Diário de bordo

Sustentabilidade e saudabilidade



Roberto Rodrigues*

O TEMA sustentabilidade está mais do que incorporado ao vocabulário dos produtores rurais do mundo todo e vem determinando novas tecnologias que consideram as melhores condições de vida das gerações vindouras.

No entanto, há um outro lado, menos midiático, e que alavanca a indústria alimentícia: é a saudabilidade.

Trata-se da busca por alimentos cada vez mais saudáveis, em um mercado global com dois tipos de demanda: nos países emergentes, onde a renda *per capita* aumenta mais em relação à média mundial, as pessoas estão comendo mais; e, nos países desenvolvidos, estão comendo melhor.

Neste cenário demandante, a indústria de alimentos vem procurando lançar novidades com ênfase em produtos sem aditivos, sem preservativos ou conservantes, antialérgicos, com baixa caloria, e orgânicos. Também há um crescente mercado para vegetarianos, alimentos livres de glúten, éticos (produzidos sustentavelmente, inclusive nas embalagens), étnicos (como alimentos Kosher) e práticos (para micro-ondas).

O maior craque brasileiro do *marketing* rural, José Luiz Tejon escreveu para a *Revista Agrimotor* artigo sobre o assunto, chamando a atenção para as oportunidades aí embutidas aos agropecuaristas e suas cooperativas.

Pesquisando o *site* Global New Products Database, Tejon encontrou informações bem interessantes: cerca de 400 novas apresentações de produtos alimentícios, bebidas e *pet food* são lançados por dia em todo o mundo. Isto equivale a 17 lançamentos por hora.

E, neste campo, o Brasil está em excelente posição, empatado com a Alemanha, já é o segundo país em lançamentos, perdendo apenas para os Estados Unidos, e à frente do Reino Unido e da Índia e China (dados de 2009).

No artigo, Tejon aponta quais os segmentos mais lançados no mundo: doces e biscoitos, *snacks* e salgadinhos, molhos e temperos, bolos, tortas e doces em geral; produtos de carne e pesca; pastas e macarrão; comidas pré-preparadas e vegetais.

Aqui vão duas boas notícias: a primeira é que nossa indústria de alimentos está bem na foto, é a segunda colocada em número de novidades no ano passado; e a segunda é que podemos crescer muito mais, uma vez que somos competitivos em todas as matérias primas para os lançamentos destacados, como açúcar, carnes e grãos, dentre outros produtos.

E temos um mercado interno que avança nas duas direções já referidas: na quantidade e qualidade dos alimentos demandados. Ora, sendo competitivos internamente, seremos também globalmente.

Portanto, os fazendeiros brasileiros têm muito a fazer para agregar valor à sua produção, especialmente por meio de suas cooperativas e integrações. É fundamental que se articulem com os canais de distribuição, sobretudo no varejo, por meio dos grandes supermercados.

Mãos à obra. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Discriminação ao agronegócio



Cesário Ramalho da Silva*

O PROGRAMA Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) esta carregado de conteúdo autoritário, anacrônico e ideológico. O documento foi alvo de uma saraivada de críticas pela sua ameaça ao direito de propriedade, à legitimidade de instituições, à liberdade de imprensa e ao pluralismo religioso. Vamos analisá-lo no âmbito dos princípios democráticos.

Especificamente em relação ao direito de propriedade, ao defender audiências públicas como primeira instância para ocorrências de invasão, sejam elas rurais ou urbanas, o PNDH instantaneamente divide a posse do imóvel entre proprietário e invasor.

Por sua vez, com o recurso do pedido de reintegração de posse ao Judiciário, o proprietário seria obrigado a sentar à mesa com quem invadiu sua terra para negociar o que já é seu. A concretização dessa situação resultaria no aumento da insegurança jurídica. Isso provocaria desestímulo aos investimentos, seja de origem nacional e internacional.

Além do risco do direito à propriedade, o documento ventila ainda a adoção de novas tecnologias, como biotecnologia e nanotecnologia, e mais a aprovação de licenciamentos ambientais, ao crivo de comissões sindicais, organizações não governamen-